



## **O Consultório Sentimental de Nelson Rodrigues / Myrna: uma análise discursiva<sup>1</sup>**

Lívia de Pádua NÓBREGA<sup>2</sup>  
Goiamérico Felício Carneiro dos SANTOS<sup>3</sup>  
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

### **RESUMO**

O presente artigo analisa colunas femininas escritas por Nelson Rodrigues sob o pseudônimo de Myrna para o jornal carioca Diário da Noite em 1949 para mostrar como a imprensa feminina foi utilizada como ferramenta de controle disciplinar para manter a ordem de equilíbrio alicerçada na distinção dos papéis de gênero que tentaram naturalizar a mulher como rainha do lar reservada à esfera doméstica e o homem como provedor da casa afeito à esfera pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero; Imprensa Feminina; Jornalismo; Nelson Rodrigues.

### **TEXTO DO TRABALHO**

Por muito tempo o feminismo preocupou-se em localizar a origem da opressão feminina. A literatura a respeito do tema, entretanto revela mais dissenso que consenso quando se trata de estabelecer um ponto como raiz da exploração das mulheres.

Beauvoir (1970) acreditava que a opressão era proveniente do fato da mulher ter sido sempre vista como o outro do homem em uma perspectiva de alteridade. O homem, medida de todas as coisas, era tomado como absoluto, condenando à mulher a ser vista por meio de um ponto de vista relacional. Apesar disso, a autora aceita o fato de que a submissão feminina não pode ser apontada em uma determinada circunstância histórica. Se assim fosse, seria facilmente eliminada. Suas raízes não remontam a uma época especificamente datada e por isso é dada como natural desde que o mundo é mundo.

No histórico feito por Beauvoir, ela lembra que em Aristóteles, o que marca a condição feminina é a perspectiva de falta: a mulher é mulher por tudo que lhe falta para equiparar-se ao homem. A ideia de falta é endossada por São Tomás de Aquino. Já Freud via a mulher como um ser que não poderia desejar melhor destino que viver a feminilidade (FRIEDAN, 1971). Beauvoir mostra que em Hegel, a derrota da mulher se

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 8 a 10 de junho de 2011.

<sup>2</sup> Mestranda em Comunicação da Linha de Pesquisa Mídia e Cultura da UFG. E-mail: [jornalistalivia@yahoo.com.br](mailto:jornalistalivia@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Orientador do trabalho. Professor do PRPPG em Comunicação da UFG. E-mail: [goiamerico@uol.com.br](mailto:goiamerico@uol.com.br)



deveu a transformação da divisão do trabalho, quando novos instrumentos foram introduzidos. Se antes as ferramentas se adaptavam as possibilidades da mulher, nesse momento passam a afirmar a preponderância do homem.

O histórico mostra que, ainda que encontrar a origem da exploração seja útil para desmontá-la, dedicar-se a perscrutar esse caminho pode ser pouco frutífero. Por isso não consta entre as preocupações do artigo definir essa origem, mas colocá-la como uma construção histórica, cultural e social que possibilita o questionamento e a desconstrução da condição de inferioridade imputada à mulher.

Longe de afirmar que as estruturas de dominação são a-históricas, eu tentarei, pelo contrário, comprovar que elas são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado. (BOURDIEU, 2010, p. 46)

Entre as instituições inclui-se a mídia. O feminino entra como algo a ser aprendido por meio da função pedagógica de colunas. Para Saffioti, “É preciso aprender a ser mulher, uma vez que o feminino não é dado pela biologia, ou mais simplesmente pela anatomia, e sim construído pela sociedade” (SAFFIOTI, 1999, p. 160).

Daí o conceito de gênero que, ao considerar o sexo como algo dado, inscreve os significados culturalmente dados a esse sexo no âmbito do gênero. Gênero é a construção social, cultural e histórico dos sexos. O sistema sexo-gênero é um “Conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana” (RUBIN, 1975, s/p). Gênero é um produto das relações sociais da sexualidade que faz com que a identidade feminina seja socialmente produzida (FRANCHETTO; CAVALCANTI; HEILBORN, 1981).

Os meios de comunicação sempre divulgaram mais que informação, mas também modelos de sujeito que, veiculados pela mídia em novelas, seriados, filmes e textos, oferecem possibilidades de identificação ao público. Muitas vezes, esses modelos identitários estão fundados em estereótipos que reduzem a variedade e as diferenças, padronizando comportamentos e sujeitos.

Segundo Freire Filho (2004), estereótipos são padrões amplos de tipificação e representação mediante o qual é possível estruturar e interpretar experiências, eventos e objetos diversificados e complexos. São construções simbólicas enviesadas que atuam como uma forma de impor um sentido de organização ao mundo social. Para o autor:



“Os estereótipos ambicionam impedir qualquer flexibilidade do pensamento na apreensão, avaliação ou comunicação de uma realidade ou alteridade, em prol da manutenção e da reprodução das relações de poder, desigualdade e exploração” (FREIRE FILHO, 2005, p. 22).

A imprensa feminina baseou-se em representações distorcidas e deformadas do feminino ao refletir valores sociais dominantes que denigrem simbolicamente a mulher ao apresentá-las em situações ou atividades socialmente desvalorizadas.

A mulher surge na imprensa brasileira no final do século XIX. Os primeiros jornais dedicados a ela foram dirigidos por homens, como O Espelho Diamantino (RJ, 1827); O Espelho das Brasileiras (Recife, 1831) e A Fluminense Exaltada (RJ, 1832).

O primeiro jornal verdadeiramente feminino foi o Jornal das Senhoras, de 1852, que detinha o subtítulo Modas, Literatura, Belas Artes e Crítica (OLIVEIRA, 2006), ampliando os assuntos considerados de interesse das mulheres.

Ainda segundo Oliveira, posteriormente outros jornais femininos surgiram, tais como O Belo Sexo, em 1862, de orientação religiosa, mas que procurava incitar a participação feminina. O Sexo Feminino, de 1875, reapareceu em 1889, às vésperas da proclamação da República com o artigo Emancipação da Mulher, defendendo a necessidade de educação intelectual e emancipação.

O periódico A Mulher, nascido em 1881 em Nova York, dedicou-se aos interesses e direitos da mulher no Brasil. O jornal foi fundado pelas brasileiras Maria Augusta Estrella e Águeda Oliveira, que não puderam se matricular em nenhuma faculdade no Brasil, pois o ensino superior era proibido às mulheres. Foram então estudar Medicina no *New York Medical College and Hospital for Women*.

O jornal A Família, fundado em 1888, durou até 1897, se dividiu em duas fases. Na primeira o objetivo era oferecer às mães uma leitura amena que as iniciasse nos deveres de esposa e mãe. A segunda, posterior à Proclamação da República, prega que a folha havia surgido para advogar a emancipação da mulher. Foi um dos jornais de maior duração e também o que registrou o maior número de colaboradoras, como Inês Sabino, Anália Franco, Maria Amélia de Queirós, Corina Coaracy, Marie Benotte e Revocata de Melo. Seus temas abrangiam o direito ao voto e o acesso a profissões diversas, como o direito de seguir a carreira teatral, considerada caminho para a prostituição.

O século XX foi frutífero na produção de colunas femininas que povoaram a imprensa da época com seções dedicadas a ensinar à mulher a desempenhar bem seu papel como esposa, mãe e dona de casa. Clarice Lispector utilizou-se de pseudônimos



três vezes ao redigir colunas para a imprensa carioca (LISPECTOR, 2006; 2008).

Paradoxalmente, muitas colunas femininas eram escritas por homens. O dramaturgo, jornalista e escritor Nelson Rodrigues foi um dos que se dedicaram a escrita dessas colunas. Em seu trabalho como teatrólogo, sua obra alcançou renome internacional com peças consideradas machistas, obscenas e imorais. Sempre polêmico, escreveu peças, romances, contos, crônicas e folhetins.

Com 23 anos de profissão, tendo escrito seis peças de teatro, quatro romances com a assinatura de Suzana Flag e concluindo um período de seis anos nos Diários Associados de Assis Chateaubriand, Nelson se tornou o responsável pela coluna feminina Myrna Escreve, no jornal Diário da Noite, onde trabalhou por seis meses.

As colunas giravam em torno das respostas de Myrna a questões de suas leitoras. Como Myrna escreveu o romance *A mulher que amou demais*. Posteriormente trabalhou em outras páginas como *Maria Amélia* e *Kalipsus Lucy*, entre outras.

Sem adentrar o terreno da discussão sobre o fato das colunas representarem ou não as opiniões do jornalista, é verdade que Nelson não poderia escrever de outra forma às leitoras, pois o pensamento da época não comportava rupturas radicais para o que até então se entendia como o papel natural das mulheres e dos homens em sociedade.

O limite do horizonte de consciência possível dessa época detinha a ótica de que “O status secundário feminino na sociedade é uma das verdades universais, um fato pan-cultural” (ORTNER, 1979, p. 95). O conceito de consciência possível (GOLDMANN, 1974) é aplicado para caracterizar o conhecimento da realidade que um determinado grupo detém e que não pode ir senão até um limite máximo compatível com sua existência. “Além desses limites, a informação só poderá passar se conseguir transformar a estrutura do grupo” (GOLDMANN, 1972, p. 12).

Desta forma, em uma sociedade orientada para uma realidade que circunscreve a mulher à esfera doméstica enquanto reserva ao homem à esfera pública, uma ruptura no pensamento vigente sobre a inferioridade feminina não seria simples. Assim, as colunas divulgam um modo de ser mulher naturalizado no imaginário do século XX:

Há sentimentos que nascem com a pessoa, que a acompanham até a morte. E, para não ir muito longe, citarei um: o sentimento materno. Com efeito, a mulher, ao nascer, já tem o sentimento materno. A mulher já é mãe, antes de o ser; mãe, no plano psicológico, na sua afeição pelas bonecas e em uma série de outras manifestações ultraperceptíveis nas meninas, e por onde se revela a presença e a irradiação de um instinto maravilhoso. (RODRIGUES, 2002, p. 100)



Na coluna acima, Myrna coloca o instinto materno como natural e inerente à mulher. Laraia (1997) já questionava a existência do instinto feminino, posto ser fato a existência de inúmeras mulheres que não sonham em se tornar mães. Ser mãe, porém era no imaginário do século XX consequência natural de ser mulher. A ideia de uma mulher que não desejasse ser mãe atravessava para além dos limites de consciência possível daquela sociedade, só podendo soar incompreensível.

Servindo como reforço à ordem social vigente, as colunas seguiam a naturalização dos papéis, enaltecendo a maternidade, insuflando as vaidades femininas e elogiando-lhes a capacidade de cuidar da casa. O trabalho fora do lar e qualquer menção de ruptura com a ordem social polarizada no binarismo feminino/masculino eram desencorajados. O casamento, a maternidade, o cuidado de si e com a casa englobavam a restrita missão da mulher. Enquanto ao homem era aberto um leque de possibilidades.

As mulheres são absorvidas principalmente em atividades domésticas devido ao seu papel de mãe. Suas atividades econômicas e políticas são restringidas pelas responsabilidades nos cuidados com os filhos e o enfoque de suas emoções e atenções é particularista e dirigido para os filhos e o lar [...] os homens não tem um único comprometimento tão duradouro, tão consumidor de tempo e emocionalmente tão submetedor – tão próximo de parecer necessário e natural – quanto a relação de uma mulher com seu filho pequeno; e assim os homens estão livres para formar essas associações amplas que chamaremos ‘sociedade’,” (ROSALDO, 1979, p. 40-41).

Correlato a naturalização dos papéis está o discurso que se apropria dessa lógica e a divulga pelas colunas reforçando-a. O discurso obedece a tentativa de organizar a vida social colocando homem e mulher, cada qual a seu lugar. Ele como provedor da casa. Ela como rainha do lar. A divisão em papéis sociais naturaliza a posição binária. O artifício é tão bem elaborado que se justifica no biológico:

Escreve-me uma leitora, para fazer uma reclamação: - ‘A senhora protege, demais, os homens!’ E continua: - ‘A senhora é, sempre, contra as mulheres!’ Fico perplexa e trato de fazer uma revisão em todas as opiniões que tornei públicas, desde que criei esta seção. Procuro ver, preliminarmente, se, alguma vez, incidi no feio pecado da injustiça ou se, pelo contrário, que está sendo injusta comigo é a leitora. Inclino-me para esta última hipótese. Eu não tenho sido injusta; eu procuro cingir-me, tão somente, às lições que a vida nos oferece, todos os dias. Segundo a reclamante, eu protejo os homens. Não é verdade. Quem protegeu o homem, antes de mim, foi a própria natureza. Se a mulher é vítima de alguém, o é da natureza, e não dos homens. Semelhante ponto de vista, apresentado assim, sumariamente,



pode parecer precário, unilateral e parcialíssimo. Portanto, devo esclarecer o meu pensamento. Inicialmente, lanço esta pergunta: - ‘Por que a natureza protegeu o homem?’ E passo a responder. A partir do momento em que surgiu a primeira mãe, patenteou-se o seguinte fato: - a natureza era unilateral e, assim, colocava sobre os ombros das mulheres as piores penas, os mais graves deveres e as mais dramáticas responsabilidades na tragédia amorosa. Penas, deveres e responsabilidades que resultam do simples e puro fato da maternidade. Ser pai’ pode representar, na vida de um homem, um mero episódio, sem a menor repercussão na sua vida. É preciso que ele tenha uma série de qualidades pessoais, qualidades de caráter, de inteligência, de coração para que veja o acontecimento, na sua verdadeira transcendência. Se ele for um frívolo, um superficial, um leviano, pode, perfeitamente, sacudir os ombros e passar adiante. A natureza foi tão parcial com o homem que, inclusive, ele pode ignorar, pode não saber, precisa ser informado da própria paternidade; e, mesmo informado, pode se dar ao luxo de duvidar, de não acreditar. Já mulher, nunca. Ela jamais poderia duvidar, ignorar, não acreditar na sua maternidade. Não, é preciso que lhe digam, não é preciso que a informem. A maternidade estará, nela, através de mil e uma manifestações nítidas, indiscutíveis, insofismáveis, manifestações físicas e psíquicas. O homem ainda pode se refugiar no cinismo e na mistificação, sugerindo: - ‘Serei eu o pai?’ Digamos que isso seria uma infâmia, mas, em todo o caso, uma infâmia praticável e que eximiria o fulano de suas responsabilidades e deveres. Ao passo que jamais veríamos uma mulher duvidar de si mesma, duvidar da própria maternidade. Mesmo que ela conseguisse escondê-la, guardá-la em sigilo, não conseguiria enganar a si mesma, não se poderia libertar das tremendas conseqüências mentais, afetivas e físicas que decorrem da maternidade. Portanto, o homem aceita, se quiser, se lhe convier e se for bastante humano para isso – os deveres e responsabilidades de sua condição de pai. A mulher não. Perante a natureza, ela é obrigada a aceitar os deveres, as responsabilidades e os sofrimentos de sua condição de mãe. E isto faz com que, em face do amor, o homem e a mulher tenham atitudes diferentes. Não falo dos homens excepcionais, mas no homem médio. O homem poderá ver, na mulher (embora não deva), apenas a graça, o maior ou menor encanto, o prazer possível. Enquanto que a mulher, queira ou não, mas por um imperativo de sua natureza profunda, considera o homem, não só como o amoroso, como o galã, e, também, como o pai dos seus filhos. Como conseqüência, é mais natural que a mulher escolha mais, selecione com mais escrúpulo, na procura do melhor pai. E ela faz isso, sem sentir, sem saber, por um instinto eterno e sábio. Tendo mais deveres, mais responsabilidades, mais sofrimento – queira ou não queira – a mulher é, sempre, a vítima. Perante a natureza, o amor pode ser, para o homem, uma simples aventura: e, para a mulher, tem, sempre, alguma coisa de trágico e definitivo. Para um homem, entregar-se a um amor pode significar pouco ou muito: para a mulher, significa muitíssimo, de qualquer maneira. Faz mal, a leitora, quando me acusa de ser contra as mulheres. A natureza é que é, sempre, contra nós. Não somos vítimas do homem. Vítimas, sim, mas da natureza. (RODRIGUES, 2002, p. 73-75)



Ao questionar a natureza do que diz, Myrna inscreve-se no discurso arqueológico, que considera as condições de produção do que é dito (PORTO, 2010), percebendo que as colunas não poderiam defender ponto de vista outro se não o que vigorava na sociedade no recorte temporal referido.

Rubin (1975, s/p) postulava que feminilidade e masculinidade são construções baseadas na supressão de similaridades. “Ela requer repressão: nos homens, da versão local das características femininas, quaisquer que sejam elas; nas mulheres, da definição local das características masculinas. A divisão por sexos tem por efeito reprimir alguns dos traços de personalidade de virtualmente todo mundo, homens e mulheres”.

O discurso não é neutro. A entrada no simbólico é irremediável e denota o comprometimento com os sentidos e o político. A ideologia se manifesta na língua produzindo sentidos por e para os sujeitos (ORLANDI, 1996).

A Análise de Discurso (AD) é a técnica para destrinchar os sentidos embutidos nas malhas do discurso. Não procura o sentido verdadeiro do texto, mas o real do sentido, colocando a interpretação do que parece óbvio e evidente em questionamento.

Analisar as colunas pela AD significa perguntar: Como esse texto significa? É perscrutar o que está nas entrelinhas. “Escutar o não-dito naquilo que é dito. [...] Mesmo o que ele não diz significa em suas palavras” (ORLANDI, 2001, p.34).

O dizer não é dado a todos. Para Foucault (1996), existem procedimentos de controle e delimitação do discurso historicamente determinadas. Não são todos que detém direito de interpretar, mas a alguns a quem é dado o poder.

A autoridade de quem profere faz com que o que é dito seja tomado como verdade. É o caso do padre com o discurso religioso, o médico e o cientista. Ao jornalista é dada a autoridade também. Myrna revela-se iniciada em um determinado tipo de conhecimento da vida prática e se propõe a compartilhá-lo com as leitoras:

Mas eu sou mulher e é para as mulheres que me volto, com toda a minha simpatia humana. É, sobretudo, para as que são infelizes, para as que amam e sofrem e se debatem num mundo de perplexidades cruéis. Posso aconselhá-las, orientá-las, dizer-lhes: ‘não faça isso!’. Ou, conforme o caso: - ‘faça isso!’. Imagine você, leitora, o seguinte: há dois homens que a cortejam. Seu coração ainda não optou. ‘Qual deles o melhor? Qual deles é o marido ideal?’ Outro caso: separação; ou abandono; a incompatibilidade de gênios entre marido e mulher; ciúmes; suspeitas. Seja qual for seu drama, escreva para: - Myrna – Redação do DIÁRIO DA NOITE – Rio. (...) E se quiser saber quem é Myrna, responderei: - Apenas uma mulher. (RODRIGUES, 2002, p. 11)



Ela escolhe o discurso pedagógico para dirigir-se a sua interlocutora. Fundamentada pela experiência em comum com a leitora por também ser mulher, ela compartilha de suas dúvidas, com a diferença de possuir a solução. Ao afirmar ser apenas uma mulher, Myrna cria uma identificação com as interlocutoras. A proximidade se dá quando a leitora percebe que não está só em suas dúvidas, pois Myrna compartilha de seus problemas e irá ajudá-la a solucioná-los.

Ao apresentar-se, Myrna usa a leitura enunciativa do discurso, que revela o lugar de fala do sujeito. A locutora deixa claro de onde fala, lugar esse que coincide com o da interlocutora, também apenas uma mulher. Não existe discurso sem sujeito. Nesse caso, o sujeito que fala deixa entrever as relações de força pelas quais o discurso perpassa

As ideias de Myrna estão em consonância com discursos que vigoram na sociedade. Isso remete a leitura arqueológica, que examina as condições de produção do discurso. Um discurso é contextualizado em seu contexto amplo ou mais imediato. Para Foucault (2006), a arqueologia é uma história das condições históricas das possibilidades do saber. A definição esbarra novamente com o conceito de consciência possível: até onde é possível compreender. As condições de produção do discurso das páginas femininas são limitadas pelas ideias que corriam pelo imaginário da época.

As colunas refletem um conjunto de ideias em relação com o interdiscurso. Este representa a memória discursiva, que por sua vez engloba todo o conjunto de pensamento de uma determinada época ou sociedade, entronizado no que é dito. As condições discursivas da época divulgam o leque de formulações já feitas e conhecidas. Não fazia sentido assim publicar textos que promovessem uma ruptura com o pensamento vigente, que pretendesse emancipar a mulher da tutela masculina.

Isso não significa que discursos desafiando a ordem vigente não existissem. Koshiyama (2006) lembra que Rose Marie Muraro comentava na imprensa *A Mística Feminina*, de Betty Friedan e dirigindo a Editora Rosa dos Ventos contribuiu para o conhecimento da obra de Carmen Silva, vanguarda ao publicar noções feministas na coluna *A Arte de Ser Mulher*, na Revista *Cláudia* entre 1963 a 1985. Mas no espaço da grande mídia, o que vigorava eram ideias relativas à submissão. *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio* foram publicações de pequenas tiragens que logo desapareceram, não chegando muitas vezes ao conhecimento do conjunto do público de leitoras no país.

Nas colunas rodrigueanas, imperativos dão o tom prescritivo. Myrna prescreve as condutas ideais e os comportamentos a serem evitados. O discurso pedagógico é autoritário. Ao jornalista é conferida a autoridade de ditar opiniões enquanto formador





de opinião. Assim, o poder de julgar também perpassa o jornalismo, o que faz Myrna valer-se da autoridade para aconselhar coisas tais como o perdão à traição:

Você deve perdoar, Juannita. Não será nem a primeira, nem a última mulher a perdoar. O nosso destino é perdoar, perdoar sempre, ao namorado, noivo e marido. E, depois, ainda perdoamos aos filhos, aos netos, aos genros etc. Cedo aprendemos que a nossa vida se baseia, não no amor-próprio, mas no amor alheio. Não vivemos nem mesmo para a nossa felicidade. A felicidade da mulher é inteiramente reflexa. Ela é feliz com a alegria dos outros, quero dizer, com a alegria do marido, dos filhos. Pois bem. Você vá ao encontro com seu marido; e não o censure, não o condene. O culpado odeia a expiação. Fale, não em si mesma, fale nos filhos, no lar. Diga: “Guardemos as aparências”. Apenas isso. E se ele voltar, como vai acontecer, você, pouco a pouco, com muito tato e doçura, sem nunca fazer referência aos erros que ele cometeu, irá pouco a pouco reconquistando o seu amor. Ele, então, passará a dar à sua companhia um novo valor. Verá que tudo aquilo que você fez e faz por ele não tem preço. Será a sua redenção, Juannita. (RODRIGUES, 2002, p.22)

As colunas se revestem do poder de construção de verdades a partir do momento em que guardam uma memória discursiva, o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que as palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. Engloba uma relação entre o já dito (interdiscurso) e o que se está dizendo na tentativa de constituição de sentido (intradiscurso). “O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele” (ORLANDI, 2001, p. 33).

Defender a naturalização dos papéis de feminino e masculino na época não era nada além de dizer o que já era considerado verdade. A AD considera o encontro das estruturas da linguagem com a história, os contextos e a existência de sujeitos marcados pela ideologia.

As colunas são caracterizadas pela leitura parafrástica, que se define como uma idéia dominante que se repete em situações diversas. Há sempre um mesmo elemento que se mantém fixo e imutável. Representa o retorno constante aos mesmos espaços do dizer. Pode-se a partir desse expediente produzir diversos significados, entretanto todos circularão sobre a mesma ideia. Para além da informação, o texto está cheio de outros sentidos, efeitos tais como a persuasão, o nivelamento de opinião, a ideologia de sucesso e a homogeneização. Por mais que altere as formas de dizer, a ideia central das colunas é a submissão da mulher, seu lugar na esfera doméstica como esposa e mãe, o resguardo da feminilidade e a dependência financeira em relação ao esposo.



Myrna lembra a todo instante à sua leitora a importância de manter a conquista do homem desejado, o que pode ser conferido abaixo:

Eis a tragédia de Antonieta: “Meu marido gosta de pintura e eu não. Portanto, não me pinto. Afinal, tenho ou não tenho personalidade?”. Pergunta que Antonieta faz, com um ar heróico. Pobre menina! Acredita que uma esposa possa se conservar irredutível diante do gosto e dos pedidos e exigências do marido. Não, não pode, Antonieta. Ou por outra: pode, mas com os mais graves danos, para a sua felicidade de esposa. Você precisa saber, depressa, antes que seja tarde: a maior arte da mulher é ceder sempre, ou quase sempre. (RODRIGUES, 2002, p.38)

Os conselhos de Myrna são permeados por máximas e ditados utilizados como modelos de conduta, logo vistos como obrigatórios. Encerram um raciocínio apolítico que não abre espaço para discussões e questionamentos ao defender um determinado ponto de vista (ORLANDI, 2001).

O modo de funcionamento dos discursos das colunas é o autoritário, considerado persuasivo e exclusivista, pois apenas o emissor detém o argumento enquanto ao receptor é imputado o silêncio. A verdade é imposta. “O signo se fecha e irrompe a voz da autoridade sobre o assunto, aquele que irá ditar verdades como num ritual entre a glória e a catequese” (CITELLI, 2000, p. 39).

É nítida a textualização do político e a simbolização das relações de poder. Percebe-se a imprensa como uma instância regulatória ao defender a manutenção de uma ordem equilibrada no ambiente doméstico e na vida pública. Por meio das colunas, a distinção dos papéis de gênero é reforçada, esboçando uma ordem de equilíbrio.

Ligadas sempre a natureza, as reações instintivas eram comumente relacionadas às mulheres. Simmel (2001) teorizava que o instinto as conduziu para o romance, ferramenta crucial para manter unidas duas metades em busca de complementaridade. Myrna não deixa de aventar em suas colunas essa lógica:

No princípio do mundo, o homem e a mulher eram um só. Portanto, cada criatura bastava-se a si mesma, cada criatura significava um casal. Depois, houve uma catástrofe qualquer. E se separaram e se perderam a metade masculina e a metade feminina. E o destino de cada homem ou de cada mulher passou a ser o de procurar sua outra metade, para completar-se.

Ao ditar o papel da mulher, explícita ou implicitamente as colunas também reafirmam o papel do homem. Analisar o que o discurso coloca como papel dos homens



significa voltar o olhar para os espaços do não dizer, a tudo que não é dito explicitamente, mas que deixa como rastro sua mensagem. “Na Análise de Discurso, há noções que encampam o não-dizer: a noção de interdiscurso, a de ideologia, a de formação discursiva. Consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário” (ORLANDI, 2001, p. 82).

Para Scott (1995), conceitos normativos são prescritos para colocar mulheres e homens, cada um a seu lugar. Tais conceitos são expressos por meio de doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas, jurídicas e midiáticas. “A dominação dos homens sobre as mulheres e sobre o feminino não possui autoria única, mas uma constelação de autores, que inclui, além dos homens, a mídia, a educação, a religião, as mulheres e as próprias políticas públicas” (LIRA; MEDRADO, 2008, p. 826).

Ao desaconselhar a mulher a trabalhar fora de casa, as colunas sentenciam – ainda que nem sempre de modo direto – que ao homem cabe o dever de provedor da casa. Enquanto as mulheres são ligadas a natureza e ao devaneio, eles são relacionados à cultura e a uma realidade cheia de possibilidades outras que não as domésticas.

Para Welzer-Lang (2004, p. 119), escolas, grupos de escoteiros, partidos políticos e outros espaços onde os homens participam da virilidade, definem para eles o mundo e suas atitudes com as mulheres e com outros homens. “Esses espaços são a casa-dos-homens”.

É destacada nas colunas a propensão da mulher à resignação. Resignar-se aparece como natural para a mulher. Consonante a ideia Myrna responde a uma leitora que após discorrer qualidades do genro, reclama que este não deixa a filha sair de casa.

Agora, uma curiosidade: - ele exige essas coisas aos berros? usa a violência, para obtenção de suas vontades? encarcera a mulher? ou, pelo contrário, limita-se a pedir, limita-se a sugerir, limita-se a manifestar seus desejos, e com muito jeito, tato e ternura? Esclarecimento: - este genro, que tanto horroriza esta sogra, obtém as coisas com muita doçura, muito carinho. E a mulher faz o que ele quer, a mulher o atende, a mulher usa os vestidos, penteados, em função da sensibilidade do marido. [...] Para a missivista, tudo isso significa uma série de atrocidades. Esse esposo é um monstro, sua perversidade requintada e ignóbil etc. etc. E o pior não é isso; o pior é que, além do mais, a mulher está felicíssima, e o ama, respeita e satisfaz. Bem, agora vou fazer, à margem das informações recebidas, os meus comentários. Inicialmente, parece-me que a sogra está errada e o genro está certo. Já não digo certo, e sim certíssimo. Estaria errado e seria tudo o que a sogra diz, se suas exigências ou vontades, tornassem a esposa infeliz. Mas, pelo contrário, tais exigências, ou vontades, não prejudicaram, em nada, a felicidade da companheira.



Ele a faz usar coque. Muito bem? Isso a desagrada? Não. Logo, está certo. Não gosta de pintura? A mulher acha ruim? Não. Também está certo. Prefere as saias compridas. Ela protesta? Não. Ora, errado seria se ele a prendesse, se a encarcerasse, se a impedisse pela violência. Mas, se obtém que quer, por bons modos, e se a mulher se sujeita, vamos admitir o direito de qualquer um de não visitar a própria família. Essas visitas, a gente faz por livre gosto, por livre vontade, por livre amizade. E, se não faz, é porque não tem o gosto, a vontade, a amizade. Ninguém pode exigir de uma pessoa que ‘sinta falta’ da família. Essa falta a gente sente ou não sente. Conclui a sogra – ‘Ele a transformou em um trapo!’ Protesto: - uma mulher, na plenitude de sua felicidade conjugal, não é trapo. Seria, sim, se fosse infeliz. Vamos e venhamos. Bom marido não é aquele que age dentro dos princípios e pontos de vista da sogra. Mas, aquele que faz a mulher feliz. Se a mulher é feliz, ninguém pode discutir os meios de que se serve o marido, para alcançar este resultado. (RODRIGUES, 2002, p. 82-84)

Beauvoir (1970) chamou atenção para a existência de colunas para orientar as mulheres recordando que inexistiam recurso semelhante para os homens.

As colunas permeiam o mundo social fornecendo a educação pela mídia. As ideias expressas podem ser caracterizadas pela leitura de acontecimento, que promove o encontro das estruturas da linguagem com os contextos a que se referem.

Os discursos não se fecham somente em um determinado tipo de leitura ou modo de funcionamento. Mesclam diferentes recursos, ainda que possa entrever a preponderância de algum deles. Em um exemplo em que Myrna responde a pergunta de uma mulher que se considera feia e quer saber se deve passear de carro com um pretendente, é possível demarcar o modo de funcionamento do discurso como autoritário:

Madalena pergunta: ‘Devo ir?’ Ao que eu respondo, com toda a veemência: ‘NÃO!’ E repito: ‘MIL VEZES NÃO!’ De uma maneira geral, é sempre interessante que a mulher se faça de difícil. Mesmo quando dispõe da graciosidade que falta a Madalena. Até uma esposa deve, de vez em quando, resistir. E com muito mais razão uma mulher feia. A mulher feia precisa jogar, até a última hora, com uma premeditada ‘dificuldade’. Precisa se fazer, por bastante tempo, ‘inconquistável’. E está será uma maneira simples e eficiente de fazer o homem lhe conferir um alto valor. (RODRIGUES, 2002, p. 80-81)

O discurso é persuasivo. A verdade é imposta quando Myrna tenta convencer a leitora de que, sendo desprovida de atributos estéticos, deve fazer do não ceder uma vantagem. Ao dizer no título da coluna, que a mulher feia deve ser inconquistável, ela não dá espaço para ideias divergentes. Encerra uma verdade única a ser obedecida.



Ao fim de uma coluna, Myrna condena a leitora por dedicar-se demais as tarefas domésticas e ficar exausta quando chega o marido. Dar conta de todas as tarefas é dever da mulher propalado nas colunas. Ser boa dona de casa e cuidar bem dos filhos não elimina o fato de que ela deve manter em dia a vaidade para agradar ao esposo. Fazer-lhe as vontades, estar impecável e não importunar-lhe com queixas é imperativo.

Apesar da predominância do discurso autoritário, também o polêmico está presente nas colunas, na medida em que as leitoras expõem suas razões nas cartas e tentam justificar-se. Myrna responde baseada no raciocínio apolítico, que não abre espaço para o dissenso. Há intenção de persuadir o leitor, pois o discurso é construído em um virtual debate entre os interlocutores via correspondência pelo lado da leitora e projeção das respostas na imprensa pelo lado de Myrna. Cada participante busca dominar seu referente expondo argumentos. Comumente Myrna sai ganhando. À leitora é dado o direito de agir de forma divergente, desde que assuma as sanções.

O presente artigo analisou colunas femininas escritas por Nelson Rodrigues sob o pseudônimo de Myrna para o jornal Diário da Noite para mostrar, por meio da Análise de Discurso, como a mídia tomou para si o papel de agente regulador da sociedade reforçando nas páginas feminina a distinção baseada nos papéis de gênero.

Tais textos defendiam um equilíbrio da ordem veiculando que a mulher deveria ser a rainha do lar, boa mãe e esposa e preservar sua feminilidade. Ao homem, era imputado o papel de provedor do lar e todas as condições da casa deveriam recompensá-lo do papel considerado árduo.

Por meio principalmente do discurso pedagógico e prescritivo, Myrna revela-se autoritária em seus conselhos, colocando por meio de imperativos suas ideias como a única verdade possível. Há que se considerar aqui também o discurso arqueológico, que registra as condições históricas de possibilidade do saber naquele momento, em que o pensamento da naturalização dos papéis de feminino e masculino não encontrava muitos entraves para se impor, pois se mantinham dentro do horizonte de consciência possível da época.

As colunas caracterizam-se pela leitura parafrástica, já que, por mais que altere os modos de dizer, defende sempre as mesmas ideias. Neste caso, a ideia dominante baseia-se na submissão da mulher ao homem.

Finalmente, o modo de funcionamento do discurso que prevalece é o autoritário, já que visa persuadir o leitor, requerendo exclusivamente o argumento e imputando o silêncio ao interlocutor.



## REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: 1. Fatos e Mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- \_\_\_\_\_. **O Segundo Sexo: 2. A Experiência Vivida**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 2000.
- FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; HEILBORN, Maria Luiza. Antropologia e Feminismo. In: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; HEILBORN, Maria Luiza. **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, v.1. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FREIRE FILHO, João. Força de Expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. **Revista Famecos**, nº 28. Porto Alegre, dezembro de 2005.
- \_\_\_\_\_. Mídia, Estereótipo e Representação das Minorias. **Eco-Pós**, v.7, nº 2, 2004.
- FRIEDAN, Betty. **A Mística Feminina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971.
- GOLDMANN, Lucien. **A criação cultural na sociedade moderna: por uma sociologia da totalidade**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- \_\_\_\_\_. **Ciências Humanas e Filosofia: o que é a sociologia?** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.
- KOSHIYAMA, A. 2006. Comunicação, Gênero e Cidadania: 1963-2006. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação). Brasília: **Anais**, 2006.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1997.
- LISPECTOR, Clarice. **Correio Feminino**. NUNES, Maria Aparecida (org). Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Só para Mulheres**. NUNES, Maria Aparecida (org). Rio de Janeiro: Rocco, 2008.
- MEDRADO, Benedito; LIRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16 (3): UFSC, 2008.
- OLIVEIRA, J. 2006. O Discurso da Mulher nos Primórdios do Jornalismo Feminino. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação). Brasília: **Anais**, 2006.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.



Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste – Cuiabá – MT - 8 a  
10 de junho de 2011

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In:  
ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Loise (orgs). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de  
Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PORTO, Sérgio Dayrell. **Análise de Discurso**: o caminho das seis leituras interpretativas em  
massa folhada. Brasília: Casa das Musas, 2010.

RODRIGUES, Nelson. **Não se pode amar e se feliz ao mesmo tempo**: o consultório  
sentimental de Nelson Rodrigues / Myrna. COELHO, Caco (org). São Paulo: Companhia das  
Letras, 2002.

ROSALDO, Michelle Z. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In:  
ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Loise (orgs). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de  
Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the political economy of sex. In: REOTER, R.  
(org). **Toward an Anthropology of Woman**. New York: Monthly Review Press, 1975.

SAFFIOTI, Heleieth. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu** (12). Campinas, SP:  
Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1999.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, nº  
2, 1995.

SIMMEL, Georg. **A Filosofia do Amor**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino na perspectiva das relações sociais de  
sexo. SCHPUN, Mônica R. (org). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, 2004.